

LAVOURA ARCAICA FOI ONTEM

LUÍS AUGUSTO FISCHER

Não, não é louco. O espírito somente
É que quebrou-lhe um elo da matéria;
Pensa melhor que vós, pensa mais livre,
Aproxima-se mais à essência etérea.
JUNQUEIRA FREIRE, *Louco (Hora do delírio)*

Não sei se isto sempre ocorre aos leitores de *Lavoura arcaica*, de Raduan Nassar,¹ mas comigo sim: tenho a forte (e descabida) impressão de ser o melhor leitor do texto, o mais solidário, o mais indicado para sentir não as duas dores que o poeta teve, mas só a que eu ainda não tinha tido até então e passei a ter por causa de seu texto. Ocorre com todos?

Comigo sim. E é preciso explicar, para deixar entrever algum sentido nos comentários que seguem e na absurda presunção da abertura. Para começo, um interesse sincero: gostaria que todo leitor passasse umas férias na lavoura arcaica e delas voltasse com certas contas pessoais em dia, após um ajuste tão necessário quanto doloroso. Que passasse umas férias: que abrisse mão de frequentar o relato realista que dá corpo à maioria dos romances brasileiros, e que abrisse mão de ler *Lavoura arcaica* como um relato realista, que não é.

Disse “todo leitor” e não retifico. Porque não precisa ser um descendente de imigrantes-camponeses para ler com gosto o romance de Nassar (embora talvez facilite, ou quem sabe complique). Basta a seu magnífico texto um leitor que, vindo de qualquer caminho, tenha alguma vez morado no áspero de deparar-se, na vida ou na ficção, com algum discurso de pretensão totalizante em vias de desmoronar.

A HISTÓRIA

Começemos por um paralelo, talvez inusitado. Do mesmo modo que João Ubaldo Ribeiro abriu seu *Sargento Getúlio* anunciando “É

Luís Augusto Fischer. Professor Assistente no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS.

¹ São Paulo, Companhia das Letras, 1989, 3ª edição, revista pelo autor.

uma história de aretê”, poderia Raduan Nassar ter antecipado de *Lavoura arcaica* – “É uma história de *hybris*”. De fato, não há questão sobre aretê, sobre virtude, na trajetória de André, o narrador e personagem central de Nassar, mas sim sobre *hybris*, sobre transgressão, insulto, insolência. Há um mundo ordenado, nucleado, urdido em torno de uma ética explícita, e há um movimento de destruição dessa ordem, protagonizado pelo filho que conta sua história.

Já se observou que o tecido narrativo de *Lavoura arcaica* é incoerente, no quadro da tradição brasileira. A história, cindida em duas partes (A partida, com 21 capítulos, e O retorno, com os restantes 9 capítulos), está contada num andamento tão afastado da tranquilidade realista quanto distanciado dos esquemas de causalidade psicológica ou social a que se afeiçoa nosso romance. O leitor tem a impressão abismal de ser jogado num universo todo simbólico, todo sugestivo, todo cifrado. O primeiro capítulo abre com um turbilhão assim: “Os olhos no teto, a nudez dentro do quarto; róseo, azul ou violáceo, o quarto é inviolável; o quarto é individual, é um mundo, quarto catedral, onde, nos intervalos da angústia, se colhe, de um áspero caule, na palma da mão, a rosa branca do desespero, pois entre os objetos que o quarto consagra estão primeiro os objetos do corpo”.

Esse relato rarefeito, de pouca indicação, de escassas referências imediatas, solicita-nos consulta a quaisquer sentidos anteriores ou posteriores à simples racionalidade: o quarto é real ou metafórico? A palma da mão, é ela mesma? Que rosa branca do desespero é essa? Logo em seguida, porém, em mescla estranha, André nos traz dados do mais trivial reconhecimento, na seqüência da mesma frase: “eu estava deitado no assoalho do meu quarto, numa velha pensão interiorana, quando meu irmão chegou pra me levar de volta”. E é desse modo, oferecendo raros flashes realistas em meio a uma rememoração palavrosa próxima do fluxo do pensamento racional, que a história vai-se desenvolvendo, às vezes mais e às vezes menos simbolicamente.

À medida que avança a conversa de André com seu irmão Pedro, vamos conhecendo dados que compõem o drama. A fazenda em que ele morava com a família; os sermões do pai, cioso da importância essencial da família, do trabalho, da paciência, em solenes jantás à mesa da casa; os carinhos da mãe; a cabra Sudanesa, iniciação sexual de André; as festas da comunidade de sua região rural; a irmã Ana, de todos os familiares a mais cara, e a mais doloridamente lembrada; o avô enigmático; os motivos da partida. No presente da conversa, André vai insinuando uma revisão crítica da figura e do desempenho do pai naquele ambiente familiar e rural; vai também constatando o quanto o irmão Pedro, o primogênito, está se parecendo com o pai; e vai por fim dizendo, com escracho, que de fato é um sujeito doente, que é diverso, que está marcado por estranha sina, por exemplo no capítulo oito: “era

de estrume meu travesseiro, ali onde germina a planta mais improvável, certo cogumelo, certa flor venenosa, que brota com virulência rompendo o musgo dos textos dos mais velhos”.

A relação entre os irmãos vai-se desenhando com toda a ambigüidade cabível em contexto de relações familiares: “eu, tomado de dúvidas, já não sabia se devia esmurrá-lo no rosto ou beijá-lo nas faces”. André chega a cogitar em cobrar de Pedro, em função exatamente da primogenitura, que lhe acalme o delírio rememorativo; mas ao mesmo tempo joga agressivamente aos pés do irmão a caixa em que guarda os troféus mundanos que acumulou – lembranças de prostitutas, quinilharias.

O capítulo 13 se destaca do conjunto da primeira parte por dois motivos. Ao contrário dos outros, em que há rigorosamente apenas um ponto final em cada um, nele o texto é convencional; mas não é de estranhar, porque aqui tem a palavra o pai, que lê, de um caderno onde manuscreeu, a história exemplar de um faminto que resistiu a uma provação estranha e teve como prêmio a saciedade. André comenta, para si mesmo, que tal exemplo é descabido; que o faminto não poderia conter-se tanto, que deveria ter explodido de raiva. E o corpo da narrativa começa a salientar a inapelável cisão entre André e o pai.

No capítulo seguinte, um vasto conjunto de símbolos permite entrever o momento da tomada de consciência de André, o justo instante em que nasce o desejo, cronologicamente passado, de fugir da casa paterna: “e o pássaro que voava traçava em meu pensamento uma linha branca e arrojada, da inércia para o eterno movimento; (...) eu disse cegado por tanta luz tenho dezessete anos e minha saúde é perfeita e sobre esta pedra fundarei minha igreja particular”.

As alusões religiosas vão-se misturando à memória da infância. André relembra o refúgio da casa velha da fazenda, onde passou a cultivar naqueles tempos suas mazelas: “tranquei ali, entre as páginas de um missal, minha libido mais escura”. Sua sexualidade exigia contentamentos, o que acaba direcionando sua atenção para a irmã Ana. No capítulo 18 há um relato mais ou menos delirante de um encontro erótico com ela; no capítulo seguinte, ele explode, aos ouvidos do irmão que foi buscá-lo: “Era Ana, era Ana, Pedro, era Ana a minha fome”. De mistura com o desabafo, uma verberação contra o pai: “era um requinte de saciados testar a virtude da paciência com a fome de terceiros”.

O capítulo 20 é o mais longo de todos, e o mais importante para a definição do personagem-narrador. Relata o encontro fatal com Ana: ele declara-lhe amor e convida-a ao amor. Ana resiste até o limite do suportável, quando foge, num impulso violento. Os argumentos de André são poderosos: “foi um milagre, querida irmã, descobrimos que somos tão conformes em nossos corpos”; “vamos com nossa união

continuar a infância comum, sem corte em nossas memórias, sem trauma para a nossa história”; propõe que vistam uma máscara social, dispensando “o assentimento dos que não alcançam a geometria barroca do destino”; chega ao paroxismo, enfim, ao dizer: “de minha parte, abro mão inclusive dos filhos que teríamos, mas, na casa velha, quero gozar em dobro as delícias deste amor clandestino”.

Em troca, promete a regeneração completa de sua vida torta. Para voltar (ou ir) ao bom caminho previsto pelo pai, ele – “a ovelha negra que ninguém confessa, o vagabundo irremediável da família”, “o filho arredio, o eterno convalescente, o filho sobre o qual pesa na família a suspeita de ser um fruto diferente” – ele desempenhará todas as tarefas que a fazenda exige, todos os trabalhos que a terra e a família impõem; ele será um solidário, um homem integrado ao meio rural, que conversará as banalidades necessárias com o vizinho; suprema reconciliação, qual filho pródigo tomará aos braços do pai, recebendo dele o beijo na testa – da qual terá então desaparecido o sinal de Caim, a marca do condenado à eterna incompreensão e à eterna peregrinação.

A segunda parte de *Lavoura arcaica* tem outro tom. A linguagem narrativa é quase sempre convencional, com poucas subversões da pontuação e com quantidade bem menor de passagens simbólicas. É o retorno do filho pródigo, que no entanto apenas precariamente reconforta a família. Fica desde logo evidente a alegria das outras irmãs (Rosa, Zuleika e Huda) e da mãe; com o pai, o reencontro é tenuemente afetivo, eis que logo se trava entre os dois um diálogo tenso, pleno de incompreensões da parte do pai para com as estranhas idéias do filho – que enfim declara aceitar, mesmo descrente, as regras da vida familiar tal como o pai define. O irmão caçula, Lula, jovem adolescente, anuncia a André sua intenção de fugir de casa no dia imediato, quando haverá uma festa de regozijo pela volta do irmão. Chega o capítulo 29 e tudo desmorona: em meio à festa, que reproduz nos fatos a memória que André apresentava capítulos antes, ressurgem Ana, que se recolhera numa vida beata desde a partida do irmão e agora invade a dança fraterna da família e dos convidados, e pior, portando vários daqueles badulaques mundanos que André trouxera em sua caixa. Ele observa tudo de parte e vê Pedro chamar o pai a observar os modos pervertidos de Ana, que acabara de tomar a taça de um jovem e de derramar o vinho sobre o seu próprio corpo, dançando lânguida e insinuante diante de todos. André relata o desfecho: “o alfanje estava ao alcance de sua mão, e, fendendo o grupo com a rajada de sua ira, meu pai atingiu com um só golpe a dançarina oriental”. Seguem-se os lamentos patéticos de todos, em narração mais uma vez elíptica, precedida de um gemido paratético do narrador – “pobre família nossa, prisioneira de fantasmas tão consistentes!”. A mãe chora em sua língua estranha, “puxando um

lamento milenar que corre ainda hoje a costa pobre do Mediterrâneo”. E o livro se encerra com um capítulo sufocante, curto, que transcreve um trecho de um sermão do pai, que fala da necessidade de acomodar os ímpetos na contemplação da natureza e do tempo, “não questionando jamais sobre seus desígnios insondáveis”.

O ESPAÇO

Poderemos agora reduzir a termos mais secos esse enredo, de forma a encaminhar o raciocínio. No limite anterior da história, há um avô, “nosso veio ancestral”, com seu “terrível e oriental anzol de ouro”, talvez imigrante, oriundo de plaga incerta, que respondia a todas as indagações com um singelo *maktub* – “está escrito”. Junto a ele, há esparsas referências a tal origem, a tal passado – o “temperamento mediterrâneo” das irmãs, o canto em “língua estranha” nas festas, um tio “velho imigrante, mas pastor na sua infância”, coisas médio-orientais como as matemáticas, o alaúde e o alfanje, citados aqui e ali, sem contar aquele lamento final da mãe, vazado em língua estranha, igual ao “que corre ainda hoje na costa pobre do Mediterrâneo”. Numa palavra, há uma origem para tudo. E no limite posterior da história está André, que narra os eventos.

O lugar em que correm as cenas está longe de uma delimitação cabal. Não há sequer uma alusão clara a uma cidade particular, sequer a um país específico. Mas sabemos, pelas indicações antes lembradas, tratar-se de um local diferente daquele de que vieram o tio ex-pastor e talvez o avô e a mãe. Noutro sentido, porém, o cenário das ações é sobradamente apresentado. Sabemos que André fugiu da casa familiar que se localiza no campo, próximo a uma vila, ligada a ela por estrada, vila esta habitada por parentes e amigos. Pode-se dizer: trata-se do espaço rural integrado a mercado, mas longe da grande cidade – e sem dúvida afastado do “sertão”, da região ou inóspita ou completamente virgem; numa palavra, a colônia.

Tal imprecisão compõe o clima narrativo, e se soma harmoniosamente a um número vasto de alusões bíblicas. Os sete filhos da família, número cabalístico; os nomes de Pedro e André, os dois primeiros seguidores de Jesus Cristo, aliás irmãos de sangue; certas frases e figuras como “sobre esta pedra fundarei a minha igreja particular”; o sinal de Caim que André presume ostentar; a fala imagética do narrador, aliada dos sermões parábolicos do pai; a clara menção à lenda do filho pródigo: tudo isso, e outras passagens aqui não lembradas, ecoam ressonantemente aquela vagueza da localização.

E aí está a marca desse discurso: “Os pontos culminantes e decisivos para a ação são os únicos a serem salientados; o que há entre eles

é inconsistente; tempo e espaço são indefinidos e precisam de interpretação; os pensamentos e os sentimentos permanecem inexpressivos: só são sugeridos pelo silêncio e por discursos fragmentários” – diz Auerbach a respeito da narrativa do Velho Testamento católico, especificamente sobre o relato do sacrifício de Isaac.² Não parece estar analisando *Lavoura arcaica*?

Pode-se avançar na analogia. Segundo nos conta André, não sabemos jamais das feições dos personagens: não há descrição física das características de cada um, a não ser em ações concretas (dor, tenção, luxúria). “Ele pode ser belo ou feio, inteligente ou tolo, alto ou baixo, atraente ou repulsivo – nada disto é dito”, observa Auerbach sobre Isaac. Os deslocamentos de André, de casa para fora e da pensão interiorana de volta a casa, não podemos conhecer: “a viagem – diz ainda Auerbach – é como um silencioso andar através do indeterminado e do provisório, uma contenção do fôlego, um acontecimento que não tem presente e que está alojado entre o que passou e o que vai acontecer”. Desse modo, para além das referências imediatamente bíblicas, há um sentido maior e mais grave no fluxo narrativo de *Lavoura arcaica* que nos permite filiá-lo à tradição bíblico-mediterrânea.

Mais ainda: uma visada sociológica do mundo narrado demonstrará, sem questão, a inexistência de classes sociais – segundo a perspectiva do narrador André, evidentemente. Não estão lá os comerciantes, que certamente comprem a produção da família e da região e vendem produtos outros; não estão lá empregados assalariados, nem possíveis parceiros ou meeiros; não está o banco que eventualmente recebe os depósitos da comunidade e financia alguma compra; sequer está o poder político formal, seja o padre, o prefeito ou o delegado. Digamos então que aqui “predomina, também, a constituição patriarcal, mas como se trata de chefes de famílias isolados, (...) não se sente a formação em classes” é o que diz Auerbach sobre o texto do Velho Testamento.

Poderemos daqui inferir que, ao contrário do relato realista de extração homérica – no qual o realismo social é mais marcado e o realismo caseiro é “idílico-pacífico” –, *Lavoura arcaica* vem mais propriamente nos passos dessa fonte judaica, em que “o sublime, trágico e problemático se formam justamente no caseiro e cotidiano”, citando mais uma vez o mesmo Auerbach. Dizendo de outra maneira, enfim, não é que o mundo das classes inexistia: é que ele não constitui, nos limites do narrado, o quadro definidor dos conflitos.

Deste mundo obscurecido, apenas alguns vultos se apresentam, aqui e ali, quase sempre sob forma cifrada, quase alegórica. No capítu-

² AUERBACH, Erich, *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 2ª ed. rev. São Paulo, Perspectiva, 1976. (sem tradutor citado). Todas as citações do autor são do primeiro capítulo, “A cicatriz de Ulisses”.

tulo 5, André reporta um trecho da conversa com Pedro, em que este desfia os preceitos paternos relembando ao irmão que se deve cultivar o autodomínio, “sem contar que o horizonte da vida não era largo como parecia, não passando de ilusão”. André replicará, no capítulo 11: “não era com estradas que eu sonhava, jamais me passara pela cabeça abandonar a casa, jamais tinha pensado antes correr longas distâncias em busca de festas pros meus sentidos”; e completa: “eu já sabia desde a mais tenra puberdade quanta decepção me esperava fora dos limites da nossa casa”.

Aliás, André queria bem ao contrário manter-se em casa: e este é o argumento essencial de sua tentativa de amor com a irmã Ana – ele queria poupar a família. Daí porque dirá a ela, que resiste aos apelos, no capítulo 20: “Ana, ainda é tempo, não me libere com tua recusa, não deixe tanto à minha escolha, não quero ser tão livre, não me obrigue a me perder na dimensão amarga deste espaço imenso, (...) não me abandone na estrada franca desta senda larga”. No capítulo 27, quando Lula anuncia-lhe a intenção de sair de casa, André pensa melancolicamente nas fantasias do irmão, “infladas de distâncias inúteis”.

Esta “ilusão do mundo”, sabemos, tem igualmente raiz bíblica, porque se opõe a uma suposta verdade do mundo eterno. Não admira que, também neste passo, o narrador reproduza tal perspectiva; mas aqui, para além da mera confirmação da marca patristica do discurso, em que o narrador decide o valor de verdade das histórias narradas, há um tempero diferente, bem mais próximo do mundo ético imigrante. Veja-se que Pedro por duas vezes condena André, no capítulo 8, pelo fato de estar se expondo e à família ao escárnio público, extrafamiliar: “guarde esta garrafa, previna-se contra o deboche, estamos falando da família”, adverte o primogênito; que André não enxovalhe a família, que não a condene “às chamas do vexame”.

Deboche e vexame de imediato remetem a uma relação do interno com o externo, do próximo com o distante, do familiar com o social. André, que não tem a ilusão do mundo, fica portanto alertado para o cuidado contra o mundo. Assim é que sua viagem para fora e para dentro de casa não resulta em conhecimento, mas em tragédia: André não se torna herói, não desfruta da posse dos dois mundos, o interno e o externo. É ele mesmo que define, no capítulo 6, essa fatalidade: “e se acaso distraído eu perguntasse ‘para onde estamos indo?’ (...) haveria de ouvir claramente de meus anseios um juízo rígrado, era um cascalho, um osso rigoroso, desprovido de qualquer dúvida: ‘estamos indo sempre para casa’”.

O TEMPO

A trajetória dos personagens está subordinada à fatalidade. No capítulo 20, André reconhece que “tinha caído na propalada armadilha do destino” no romance interdito com Ana. Páginas adiante, reproduz a epígrafe da primeira parte, de Jorge de Lima, com o mesmo sentido: “que culpa temos nós dessa planta da infância, de sua sedução, de seu vigor e constância?” E arremata: “que culpa temos nós se fomos acertados para cair na trama desta armadilha?”

Está aí uma perspectiva religiosa, quase poderíamos dizer mítica, quanto ao tempo. Do mesmo modo filosofa o pai, segundo a memória de André no capítulo 9: “O tempo é o maior tesouro de que um homem pode dispor; embora inconsumível, o tempo é o nosso melhor alimento; sem medida que o conheça, o tempo é contudo nosso bem de maior grandeza: não tem começo, não tem fim”. E segue falando, repetindo ditos banais referentes ao tema, até chegar a uma súplica que é também uma condenação: “as dores da nossa vontade só chegarão ao santo alívio seguindo esta lei inexorável: a obediência absoluta à soberania incontestável do tempo”. Tudo está contaminado deste tempo infindo: “na docura da velhice está a sabedoria”; “é na memória do avô que dormem nossas raízes”; “a paciência há de ser a primeira lei desta casa”; e “o amor na família é a suprema forma da paciência”.

Trata-se de um tempo subordinado à natureza, da qual foi extraída uma espécie de lei fundante que passa a regular a vida do trabalho e a vida na família – ou, melhor, a vida do trabalho familiar. Podemos, com isso, abrir a lente de observação, abarcando agora não apenas a singularidade de *Lavoura arcaica*, com seus contornos tão imprecisos na indicação de um tempo e de um espaço particulares, mas a generalidade que o texto indica: este tempo religioso se opõe frontalmente ao tempo capitalista, sendo anterior a este na seqüência da história ocidental. Segue que o pai e a família não devem ter a ilusão de controlar o andamento do tempo, mas muito ao contrário subordinar-se a ele. Evoquemos ainda uma vez a fala paterna reproduzida por André no último capítulo: “com os mesmos olhos amenos assistir à manipulação misteriosa de outras ferramentas que o tempo habilmente emprega em suas transformações, não questionando jamais sobre seus desígnios insondáveis”.

Esse tempo pré-capitalista pode ser ainda mais detalhado, com termos do capítulo 9, naquele discurso do pai rememorado por André. De uma parte, o argumento antijuvenilista que reforça a absoluta preeminência do velho, em contradição óbvia com o mecanismo de venda moderno, pautado no mito da juventude eterna. De outra, e mais radicalmente, na passagem em que o pai diz, com clareza meridiana, da relevância do valor-de-uso das coisas: “o tempo está em tudo; existe

tempo, por exemplo, nesta mesa antiga: existiu primeiro uma terra profíca, existiu depois uma árvore secular feita de anos sossegados, e existiu finalmente uma prancha nodosa e dura trabalhada pelas mãos de um artesão dia após dia”.

Se ainda for necessário emboscar a noção fluida de tempo na narrativa, sirvamo-nos de uma passagem imediata, em que o pai enfatiza a posição anticapitalista ao anotar: “rico não é o homem que coleciona e se pesa no amontoado de moedas, e nem aquele, devasso, que se estende, mão e braços, em terras largas; rico só é o homem que aprendeu, piedoso e humilde, a conviver com o tempo, (...) não contrariando suas disposições, (...) brindando-o antes com sabedoria para receber dele os favores e não a sua ira”.

Compondo, então, os elementos, veremos que *Lavoura arcaica* não define com precisão o tempo da narração, antes rarefaz seus contornos. Logo abaixo dessa imprecisão, porém, temos bem nítida uma mentalidade pré-capitalista, quase pré-mercado de consumo, que ganha substância na noção de *destino*, que só vigora no momento anterior ao liberalismo (o qual, como se sabe, labora exatamente sobre o fundamento da possibilidade de domar o mundo natural segundo a iniciativa individual); na noção antimercado apresentada no relevo dado ao *valor-de-uso* das coisas, com ênfase explícita à supremacia auferida do conhecimento pleno do processo de produção, de ponta a ponta, desalienado, desde a preparação da terra até o trabalho final do artesão (e não do operário); e na *perspectiva antilucro* que anima, enfim, o pai, na declaração positiva de que rico é o humilde e o piedoso, não o acumulador de posses.

A CRISE

Aí está uma verdadeira ética, sólida sobre esse tripé e reforçada decisivamente por um outro elemento, a família, funcionando no romance de Nassar como viga-mestra da narrativa. Mantendo-a em vista, poderemos agora detectar a qualidade da crise gerada pelo filho André. Nem será preciso muito esforço, porque desde o início o narrador apresenta indícios fortes dos motivos que o levaram ao rompimento.

Usemos de uma imagem inicial, que logo no capítulo 3 vem descrita: “E mê lembrei que a gente sempre ouvia nos sermões do pai que os olhos são a candeia do corpo, e que se eles eram bons é porque o corpo tinha luz (...), e eu ali, diante de meu irmão (...), sabia que meus olhos eram dois carços repulsivos”. Pois justamente os olhos de André é que foram buscar fora da família o material do mundo, não obstante a memória afetiva da mãe: “caí pensando nos seus olhos, nos

olhos de minha mãe nas horas mais silenciosas da tarde, ali onde o carinho e as apreensões de uma família inteira se escondiam por trás”.

A ousadia desse olhar viajante encontra oposição aberta na ética familiar. No discurso paterno reproduzido no capítulo 22, ele diz, a respeito dos que transgridem a ordem: “escondem-se dos outros sem saber que atrofiam os próprios olhos”. Isto é, quem dirige seu olhar para fora, para o interdito, para o mundo ilusório, perde a própria visão. O pai não admite um olhar autônomo, individual, ousado, liberal; este pai jamais diria o que disse Getúlio dos Santos Bezerra, o *Sargento Gentilo* de João Ubaldo, que numa cena magistral, a horas tantas, aconselhado a desistir da empreitada em que está e sumir, desaparecer, responde vigoroso: “Não posso sumir. Quem pode sumir é os outros, como é que eu posso sumir, se eu sou eu?” (cap. V).

Um eu tão sólido (embora em vias de destruição, naquele romance) não pode ter lugar na moral da lavoura arcaica: nela, diz o pai, “humilde, o homem abandona sua individualidade para fazer parte de uma unidade maior, que é de onde retira sua grandeza; só através da família é que cada um em casa há de aumentar sua existência”. Tudo se dilui na construção dessa entidade, que reciprocamente só existe na medida exata em que anula as individualidades.

Da mesma forma a figura da fome, que ganha relevo a partir do episódio nuclear do capítulo 13, na parábola do faminto paciente que ganha sua recompensa após intensa provação. Contra essa ética, André se rebela torturadamente, tanto pela urgência com que busca resolver os impasses (que segundo o pai requereriam a paciência do tempo), quanto pela matéria específica de sua fome: “Era Ana a minha fome”.

Assim, poderemos definir a crise gerada pela atitude de André como sendo, num primeiro plano, uma espécie de furor adolescente, que renega a paciência, o comedimento, o autodomínio, e se atira na alucinada tentativa do amor com a irmã. Mas logo num segundo plano, muito mais significativo para nosso raciocínio, está outra dimensão dessa ruptura, que transcende a um mero arranco juvenil: é que André põe em pauta o próprio fundamento daquela ética familiar-rural colona ao duvidar da legitimidade da voz paterna. No capítulo 7, ele alerta Pedro: “tudo em nossa casa é morbidamente impregnado da palavra do pai; (...) era o pai que dizia sempre é preciso começar pela verdade e terminar do mesmo modo, (...) era essa a sua palavra angular, era essa a pedra em que tropeçávamos quando crianças”.

Esse olhar perquiridor de que se vale André é a candeia de seu corpo inquieto, é o símile perfeito de um certo pensamento vagabundo que lhe inflama os sentidos e o impeliu à ação. O pai sabe disso e, temeroso de que tudo venha a desandar, recomendará, no capítulo 25: “Você está enfermo, meu filho, uns poucos dias de trabalho ao lado de seus irmãos há de quebrar o orgulho de tua palavra”. Não há fórmula

mais precisa no mundo colono, trabalho contra orgulho; só assim André (ou qualquer outro dissidente) voltará ao bom caminho, abandonando de vez as idéias satânicas que apresentou no capítulo 20, em que louva o Maligno, “o propulsor das mudanças”, contra o Deus bondoso, “um subalterno, um promulgador de tábuas insuficiente”.

Por fim, a crise desta ética tão pacientemente tramada se revelará igualmente cruel no paradoxo central do enredo, que leva André a subverter o sentido da apologia paterna em relação à família mantendo no entanto os mesmos termos do pai. É quando ele tenta convencer a irmã Ana ao amor, ao amor físico, absolutamente impensável naquela moral, e diz: “me ajude a me perder no amor da família com o teu amor”. Renegada esta possibilidade, André foge de casa, e ao voltar reconhece a impossibilidade de tornar àquele estado anterior à crise, aquele estado que é a continuidade, a infância, a confirmação da ética; e percebe mesmo a inviabilidade de dialogar com o pai, a quem diz, no capítulo 25: “por ora não me interessa pela saúde de que o senhor fala, existe nela uma semente de enfermidade, assim como na minha doença existe uma poderosa semente de saúde”.

André havia descoberto, talvez, a dialética do mundo, coisa totalmente descabida para a ética chapada, monotônica, religiosa do pai.

O ROMANCE DA IMIGRAÇÃO

A estar correta nossa leitura, *Lavoura arcaica* pode então ser lido como o grande romance brasileiro da imigração, na mesma proporção em que *Grande sertão: veredas* é o grande romance brasileiro do espaço sertanejo. Ambos diagnosticam, em elevada execução artística, talvez mesmo insuperável formulação, a derrocada dos mundos a que se referem.³ Mas não antecipemos demasiadamente a conclusão. Será conveniente recordar, em paralelo, as acelerações de dois processos aqui justapostos, o da família do romance e o da imigração histórica para o Brasil, notadamente aquela desenvolvida nos últimos cem, cento e vinte anos.

No romance, três gerações são mencionadas: o avô e o tio imigrante, depois o pai, por fim André e seus irmãos. O percurso é marcadamente semelhante à história social brasileira: no capítulo 15, André nota que o avô respondia a todas as manifestações da natureza, que

³ Quero aqui, nessa conclusão, mencionar com ênfase o trabalho analítico de José Hildebrando Dacanal, especialmente seu livro *Nova narrativa épica no Brasil* (Porto Alegre, Mercado Aberto, 2ª edição, revista e ampliada), no qual expõe a tese de que há uma nova épica no Ocidente protagonizada por textos de Guimarães Rosa, João Ubaldo Ribeiro, Juan Rulfo e Gabriel García Márquez, entre outros. Idealmente, meu ensaio pretende dialogar com as posições expostas neste livro, o que não significa subscrevê-las na totalidade.

regulam a produção primária em que se ocupavam, com uma única palavra, *maktub*, “está escrito”. Essa singeleza, essa secura, esse quase não-discurso, diz o narrador, “valia por todas as ciências, por todas as larejas e por todos os sermões do pai”; o que se explicará, talvez, pelo fato de que ele, o pai, tinha “discernimentos profíscuos”, “em que apareciam enxertos de várias geografias”.

Dizendo de outro modo, há uma primeira geração que tem, de fato, uma ética tão consistente que dispensa explicitação discursiva, sendo tudo suficientemente reduzido a esse “maktub”. A segunda geração, ao contrário, mesclada de vários registros, só forja sua ética, ainda só preserva a ética que herdou, no discurso copioso, e ademais intransigente. Já a terceira geração, representada em André, rompe com o circuito.

Mas é de observar que, logo de início, André não quer escapar à herança; pelo contrário, quer preservar a família no amor com Ana, “sem corte em nossas memórias, sem trauma para nossa história”. Enganou-se num detalhe, o espírito inquieto “quebrou-lhe um elo da matéria”, nas palavras de Junqueira Freire: André associou equivocadamente a ética familiar-rural colona à infância, não percebendo o abismo que o aguardava logo adiante, nas malhas do incesto desejado e não cumprido e na súbita brutalidade do pai com seu alfanje assassino. Sua compensação, imaginou ingenuamente, seria sair de casa, contentando-se em pensar, no capítulo 21, que “eram também coisas do direito divino, coisas santas, os muros e as portas da cidade”.

Não eram santas, não. Mas ele só descobre que o mundo para ele se havia dessacralizado quando retorna, cumprindo a fatalidade de seu destino e constatando melancolicamente que sua estéril experiência não havia sido suficiente para alertar o caçula, que insiste na hipótese de fugir ao jugo paterno. Em aceleração inédita para os descendentes dos imigrantes, numa mesma geração – com distância de uns poucos anos – o irmão Lula descobria outra dimensão para seu rompimento: “não agüento mais esta prisão, não agüento mais os sermões do pai (...), não nasci para viver aqui, sinto nojo dos nossos rebanhos, não gosto de trabalhar na terra (...), não agüento mais a vida parada desta fazenda imunda”, diz no capítulo 27. Lula não precisou beirar a loucura de quebrar um tabu para descobrir que logo ali, a poucas horas de distância, estava todo o universo chamando, oferecendo a “ilusão do mundo” em troca de, digamos, salário, televisão e shopping-centers.

Tal desmoronamento foi previsto, em alegorias, pelo próprio André, desde que percebeu como coisa grave um certo descompasso entre a frieza, o silêncio cotidiano do pai e o calor afetivo da mãe. Quando retorna, assim relata a distribuição da família à mesa, foro privilegiado

de enunciação das regras daquele universo: “o pai à cabeceira; à sua direita, por ordem de idade, vinha primeiro Pedro, seguido de Rosa, Zuleika, e Huda; à sua esquerda, vinha a mãe, em seguida eu, Ana, e Lula, o caçula. O galho da direita era um desenvolvimento espontâneo do tronco, desde as raízes; já o da esquerda trazia o estigma de uma cicatriz, como se a mãe, que era por onde começava o galho, fosse uma anomalia, uma protuberância mórbida, (...) pela carga de afeto”.

É que a visão de André, turvada desde a *hybris* em relação àquela lei não escrita que fundamenta o mundo familiar e está por isso mesmo na base da sociedade ocidental, sua visão não podia de fato identificar outras hipóteses, alternativas à sua tragédia pessoal. Resulta que seu próprio discurso – a narrativa de *Lavoura arcaica* – simulando um discurso patristico, primigênio, fundante, e vizinhando com o jorro destemperado dos profetas, não consegue esconder a falência iminente, inevitável. André já havia observado, no capítulo 7, sua própria irrelevância: “afinal, que importância tinha ainda dizer as coisas, o mundo pra mim já estava desvestido”. Ou poderia repetir as palavras do narrador do conto rosiano *A terceira margem do rio* (também ele um filho jogado pelo destino no terrível redemoinho que é, e sempre foi, o herdar uma tarefa do pai), perguntando e respondendo: “Sou homem, depois desse falimento? Sou o que não foi, o que vai ficar calado”.

E André se cala, dando a palavra final do romance ao pai, no melancólico e fatídico capítulo 30: “não questionando jamais sobre seus desígnios insondáveis, sinuosos, como não se questionam nos planos das planícies as trilhas tortuosas, debaixo dos cascos, traçadas nos pastos pelos rebanhos: que o gado sempre vai ao poço”.